

A DEMISSÃO DO COMANDANTE CABEÇADAS

Este programa cuja redacção ao que parece, se deve a Henrique Trindade Coelho, suscitou larga e viva discussão no Conselho de Ministros, cuja reunião foi levantada sem que fosse possível chegar-se a acordo.

Foi, ao que se julga, neste Conselho que os ministros dos Estrangeiros e Comércio, respectivamente general Carmona e coronel Passos e Sousa, fazendo-se eco das reclamações dos oficiais do Porto e dos de Sacavém, fizeram um *ultimatum* ao comandante Cabeçadas para que este deixasse o Governo, ao que o conhecido oficial da Armada se negou.

Seja, porém, como for e esta cena do Conselho de Ministros não foi até hoje confirmada, o certo é que, dia a dia cresciam as más vontades contra Mendes Cabeçadas que continuava a ser joguete nas mãos dos políticos.

A célebre lei, reconhecendo a fornada de novos revolucionários civis, não deixara ainda de causar a maior impressão em todos os sectores do Exército. Foi então que começaram as pressões junto de Gomes da Costa, no sentido de o general alijar o Presidente do Ministério.

No dia 16 de Junho de 1926, o major Miguel Bacelar, em nome dum grupo de oficiais, procurou o coronel D. José de Serpa, chefe de gabinete de Gomes da Costa, ao qual declarou ser impossível continuar aquela situação.

Nessa conversa ficou assente que Gomes da Costa saísse ao outro dia para Sacavém e daqui desse o golpe de Estado contra Cabeçadas.

Efectivamente de madrugada o Chefe da Revolução Nacional dirigiu-se para o meio das suas tropas, onde em breve se lhe juntaram os restantes ministros militares, enviando então a Mendes Cabeçadas a seguinte *carta-ultimatum* que foi entregue ao Presidente do Ministério pelo tenente Herculano de Moura, ajudante e genro do general:

Exmo. Senhor Capitão-de-Mar-e-Guerra Mendes Cabeçadas:

Recusou-se V. Exa., sistematicamente, a aceitar todas as plataformas de conciliação para a marcha regular do Governo. Deixou-se perturbar e manietar por influência hostis ao Movimento revolucionário que o Exército levou a efeito – não o ignora V. Exa., - com este objectivo único: a dignificação da Pátria e a reabilitação da República.

Vejo-me, assim, dolorosamente coagido a desistir da colaboração de V. Exa., no Governo, cuja presidência assumi, a fim de evitar a discórdia que já principiava a fermentar no seio do Exército Português, perturbando o meu comando pela acção imprudente e irreflectida que preparava o fracasso do grande movimento nacional de 28 de Maio.

Quartel-General de Sacavém, 17 de Junho de 1926.

O Chefe do Governo

a) General Gomes da Costa

A este «ultimatum» respondeu Cabeçadas com uma carta de que também foi portador o tenente Moura que dizia assim:

Exmo. Sr. General Gomes da Costa:

À 1 hora da tarde reunirá o Conselho de Ministros para me habilitar a dar uma resposta à sua carta de hoje.

Lisboa, 17-6-926.

O Presidente do Ministério
a) José Mendes Cabeçadas Júnior

À tarde reuniu o Conselho de Ministros, após o qual Mendes Cabeçadas dirigiu a Gomes da Costa a carta submetendo-se:

Exmo. Sr. General Gomos da Costa:

Tendo verificado a impossibilidade de resistir à sua imposição e convencido de que as instituições republicanas não estão em perigo deixo o Governo, certo de que V. Exa., e os Exmos. Ministros que o acompanham saberão defender e prestigiar a República Portuguesa e promover a prosperidade da Nação como eu sempre o desejei.

De V. Exa.,
José Mendes Cabeçadas Júnior

Apesar da insistência de alguns seus amigos políticos para que resistisse e de ainda dispor de algumas tropas concentradas na Amadora, de alguma G.N.R. e da Polícia, comandada por Ferreira do Amaral, cujas ligações com Mendes Cabeçadas eram demais conhecidas, o antigo revolucionário do 5 de Outubro resolveu submeter-se.

No dia seguinte Gomes da Costa, instalou-se em Belém, com o seu novo Governo do qual faziam parte todos os ministros do anterior, menos os ministros das Finanças e da Instrução, Srs. Prof. Drs. Oliveira Salazar e Mendes dos Remédios, que reconhecendo a impossibilidade de em tal ambiente realizarem acção de utilidade resolveram regressar à sua vida de Mestres universitários. Nesta atitude foram de início acompanhados pelo Sr. Prof. Doutor Manuel Rodrigues Júnior que depois acabou por continuar no Governo como ministro da Justiça. De novo, entravam para o Ministério, o comandante Filomeno da Câmara para as Finanças, o Dr. António Claro para o Interior, o comandante Armando da Gama Ochoa para as Colónias e o Prof. Dr. Artur Ricardo Jorge para a Instrução.

O general Gomes da Costa, grande e glorioso soldado cheio dos maiores e mais notáveis serviços ao País, não era, porém, o estadista que o País reclamava e na política, tanto ou mais que o comandante Cabeçadas deixava-se manejar pelas muitas e antagónicas forças que à sua volta gravitavam.

Foi cedendo a essas pressões que, em 6 de Julho, o bravo militar, que sucedendo inteiramente a Cabeçadas, concentrava em si os poderes de Chefe do Estado e do Governo, resolveu por uma simples carta particular demitir dos seus cargos o general Carmona, comandante Gama Ochoa e Dr. António Claro; nomeando para os substituir os srs. Prof. Dr. Martinho Nobre de Meio e coronel João de Almeida, reservando para si a pasta do Interior até então ocupada por António Claro.

O facto causou a maior sensação como não podia deixar de ser. Com os ministros demitidos logo se solidarizaram os restantes membros do Governo que Gomes da Costa ainda deixara no Poder.

Foi então resolvido por iniciativa do general comandante da 1ª Divisão, o general Luís Domingues, fazer uma «demarche» junto do Chefe da Revolução Nacional da qual se encarregaram além daquele oficial superior os coronéis Valadas, comandante da G.N.R., Mousinho de Albuquerque e Raul Esteves, os quais estavam em permanente

contacto com o general Sinel de Cordes e o comandante Jaime Afreixo, ministro da Marinha, que encarnava o pensamento dos seus colegas do Ministério.

Aqueles oficiais foram a Belém onde conferenciaram com Gomes da Costa, propondo-lhe ficar ele na Presidência da República, sem o poder de nomear nem demitir ministros, reconduzir os três ministros demitidos e fazer substituir na pasta das Finanças o comandante Filomeno da Câmara pelo general Sinel de Cordes.

O bravo e heróico comandante da «arrancada» de Braga recusou.

O general Luís Domingues convocou então para o Quartel-General uma reunião com os comandantes da guarnição de Lisboa, a que assistiram também o general Carmona e o comandante Jaime Afreixo. Nesta reunião foi resolvido depor Gomes da Costa que conduzido pelo general Parreira à cidadela de Cascais daqui embarcou com todas as honras, essas honras, que pouco depois haviam de culminar com a sua elevação ao Marechalato para, Angra do Heroísmo onde previamente lhe fora fixada residência.

E às 3 horas da tarde daquele dia 9 de Julho de 1926, O general Carmona constituía o novo Governo que ficava assim composto:

Presidência e Guerra, general Fragoso Carmona; Interior, Dr. Ribeiro Castanho; Justiça, Dr. Manuel Rodrigues Júnior; Finanças, general Sinel de Cordes; Estrangeiros, Dr. Bettencourt Rodrigues; Marinha, comandante Jaime Afreixo; Colónias, comandante João Belo; Instrução, general Teixeira Botelho; Comércio, coronel Passos e Sousa; Agricultura, general Alves Pedrosa.

A Revolução Nacional tentava, enfim, entrar no caminho certo da estabilidade governativa que até então não gozara, essa estabilidade que o País deixara, de resto, de conhecer com o advento da Monarquia Liberal. *Chegaria dentro de pouco Salazar!*